



Morte do G4: ponto final para a Rodada Doha?

Marcos Paulo de Araújo Ribeiro

O fracasso da última reunião do G4, realizada na cidade de Potsdam em meados de junho, lançou nova dose de pessimismo sobre o encaminhamento da Rodada Doha. Um acordo prévio entre Estados Unidos, União Européia, Brasil e Índia era visto como altamente provável e seria um passo fundamental rumo ao acordo final. Interpretar a ruptura como a morte de Doha, no entanto, é um claro equívoco; a Rodada entra apenas em novo compasso de espera.

Desde a reabertura das negociações de Doha, em janeiro deste ano, uma onda de otimismo havia ganhado força, refletida em análises anteriores sobre o mesmo tema. Ao longo de todo o semestre, cresceu a expectativa de que um impulso importante poderia partir do âmbito do G4. Em meados de maio, pouco mais de um mês antes da última reunião do grupo, diplomatas brasileiros chegaram até mesmo a falar na assinatura de

acordo final do G4 em Potsdam.¹ Nesse cenário, a retirada do Brasil e da Índia já no segundo dia de reuniões na cidade certamente marcou um ponto de ruptura e motivou acusações norte-americanas de que os dois países teriam sido os responsáveis pelo fracasso do encontro.

Essa visão unilateral, contudo, esconde os verdadeiros termos das negociações. Na verdade, os elementos de controvérsia são bastante claros e antigos; em uma nova versão da chamada “grande barganha” da Rodada Uruguai, os quatro países não conseguem conciliar suas posições nas modalidades de agricultura e de NAMA. Nos temas agrícolas, os Estados Unidos já abriram mão de aumentar o seu teto de subsídios domésticos para US\$ 22 bilhões, enquanto Brasil e Índia cederam e já reviram as exigências do G20 de que o teto passasse para US\$ 12 bilhões;

¹ Na ocasião, muitos se referiam ao possível acordo como “Acordo Rio”, ainda na expectativa, logo frustrada, de que a reunião de junho fosse realizada no Rio de Janeiro.

persistem, no entanto, divergências que variam de US\$ 15 bilhões a US\$ 19 bilhões. No campo não-agrícola, as propostas de corte tarifário nos países em desenvolvimento vão desde o coeficiente 15 para a fórmula suíça, o que implicaria uma redução de tarifas muito forte por esses países, até a proposta indiana de coeficiente 30.

O paralelo entre o fracasso do G4 e o episódio de Cancun, tal como mencionado por Celso Amorim², é evidente. Mais uma vez, os países em desenvolvimento, teoricamente representados por Brasil e Índia, recusam-se a aceitar os termos de um acordo ditados pelos países desenvolvidos. Sob essa perspectiva, a saída antecipada dos dois países da reunião é uma demonstração de determinação por parte de suas diplomacias e da importância deles para o encaminhamento das negociações.

Essa visão, no entanto, omite o outro “lado da moeda”. Apesar de o G20, criado em Cancun, ter dado voz às demandas dos países em desenvolvimento na Rodada Doha, Estados Unidos e União Européia vêm sendo bem sucedidos em aproximar as propostas em pauta dos seus interesses; já é certo, por exemplo, que um eventual acordo final no campo agrícola será muito mais moderado e palatável para o protecionismo agrícola das economias desenvolvidas do que se esperava no início da Rodada. Mesmo que o teto de subsídios domésticos dos EUA seja estabelecido em US\$ 15 bilhões, esse valor ainda é superior ao volume atualmente concedido pelo país a seus produtores agrícolas; nesse mesmo sentido, um corte médio superior a 50% nas tarifas agrícolas

adotadas pela União Européia esconde cortes muito baixos, dificilmente superiores a 5%, nos chamados “produtos sensíveis”, que abrangem os artigos de maior interesse para os países em desenvolvimento. Se hoje, em comparação com Cancun, as propostas dos membros do G4 são muito mais próximas, essa convergência se deve majoritariamente a concessões feitas por Brasil e Índia.

Esse fato nos leva a adotar uma postura menos pessimista do que o colapso das negociações do G4 inicialmente nos motivaria a adotar. Embora possa ser ofuscado pelo retorno a negociações envolvendo mais membros da OMC, o movimento de crescente convergência certamente não foi inútil. Os pontos de divergência são relativamente limitados e os países desenvolvidos não precisariam ceder muito para resolvê-los e para salvar a Rodada e a própria imagem da OMC. Não está descartada a possibilidade de que eles revejam em curto-prazo as suas posições e aproximem-nas de um acordo final viável.

Há, no entanto, três agravantes que, somados ao fim do G4, reforçam as perspectivas de que as negociações ainda devem se prolongar por algum tempo. Em primeiro lugar, a renovação do *fast track* norte-americano, elemento essencial em qualquer cenário prospectivo, ainda tem um futuro incerto no Congresso Norte-Americano; democratas e republicanos se dividem nos debates sobre sua renovação e uma decisão final parece estar relativamente distante. De toda forma, diante das exigências dos democratas, o cenário mais otimista é o de um “novo” *fast track* mais limitado, contendo dispositivos de proteção ao emprego e ao meio ambiente.³ Em segundo lugar,

² AFP, “Celso Amorim: fracasso de Potsdam é como ‘o segundo ato de Cancun’”, 21 de junho de 2007. Disponível em: <http://br.news.yahoo.com/s/afp/070621/economia/omc_negocia_es_brasil>. Acesso em 30 de junho de 2007.

³ BBC Brasil, “Bush pede renovação de ‘fast track’ ao Congresso”. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/s>>

Peter Mandelson, Comissário de Comércio da União Européia, tem enfrentado pressões crescentes de grupos dentro do bloco europeu; eles alegam que Mandelson estaria cedendo demais e alertam que não aceitarão novas concessões. Por fim, alguns países em desenvolvimento vêm indicando que não aprovarão um acordo mais moderado no formato daquele que vinha sendo negociado em nível de G4. Com efeito, antes do fracasso das negociações, Venezuela e Bolívia, junto a outros países, articularam uma declaração conjunta atacando o processo negociador da OMC e ressaltando que não aceitariam um acordo preparado na reunião de Potsdam.

Em meio a esse conjunto de fatores, ainda não há clareza sobre a próxima estratégia a ser adotada pela diplomacia brasileira. A postura firme de abandonar as negociações mostra que o país está próximo ao limite de concessões que pode oferecer. Apesar dos boatos de que o Brasil já teria aceitado informalmente o coeficiente 20 para a fórmula em NAMA, contrariando a proposta da Índia de um coeficiente 30, parece haver predominado a convergência entre os dois países. Resta saber se eles seguirão investindo em conversações informais com Estados Unidos e União Européia, alternativa mais provável para a qual a intermediação do Japão poderia contribuir⁴, ou se novamente se voltarão para uma atuação em bloco por meio do G20. Ademais, abre-se espaço para uma retomada das negociações, sejam bilaterais ou via MERCOSUL, com a União Européia, cujo primeiro sinal já

foi dado pelo *status* de parceiro estratégico recentemente concedido ao Brasil.

Em conclusão, o fracasso das negociações no âmbito do G4 representa um marco negativo para a evolução das negociações de Doha, mas está distante de significar um ponto final para a Rodada. Induz, antes, a uma pausa ou um “ponto e vírgula” nas negociações, cuja duração depende dos demais fatores acima mencionados. De toda forma, esse novo fato alarga o horizonte temporal previsto para o encerramento das negociações e para a conclusão de um acordo final e reforça as expectativas de que esse acordo seja mais moderado (*Doha Light*) do que o inicialmente previsto.

[tory/2007/01/070131_bushfasttrackbg.shtml](http://www.petrel.org.br/2007/01/070131_bushfasttrackbg.shtml)>.

Acesso em 07 de julho de 2007.

⁴ Imediatamente após o encerramento da reunião de Potsdam, a diplomacia japonesa, que já vinha participando de reuniões do G4 com a Austrália, mostrou-se disposta a intermediar as negociações entre os quatro países.